

Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

Revisão da vida toda: trava foi manipulação pró-governo Bolsonaro, dizem ministros

O pedido de destaque feito pelo ministro Kassio Nunes Marques, do STF (Supremo Tribunal Federal), que deve levar o julgamento da revisão da vida toda ao plenário físico, foi interpretado por outros integrantes da corte, em reservado, como uma tentativa de manipular o resultado a favor do governo Jair Bolsonaro (PL).

Por isso, a previsão é que seja colocada em votação uma questão de ordem para manter o voto do ministro Marco Aurélio, favorável aos aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Esse voto foi apresentado antes de o ministro se aposentar da corte, em julho do ano passado.

Com o destaque, Nunes Marques deve fazer com que o tema saia do plenário virtual e vá para o plenário físico, com a possibilidade de o julgamento da ação recomeçar do zero. Em tese, o voto de Marco Aurélio seria descartado e, em vez dele, votaria o ministro André Mendonça.

Nunes Marques e André Mendonça são os dois mais novos ministros da corte, indicados pelo presidente Bolsonaro.

O impacto da revisão da vida toda para as contas públicas preocupa o governo. Na ação, aposentados pedem que todas as suas contribuições ao INSS, incluindo as realizadas antes da criação do real, em 1994, sejam consideradas no cálculo da média salarial para aumentar o benefício previdenciário.

Pela nova lei, quem já era segurado do INSS até 26 de novembro de 1999 teria sua média salarial calculada sobre as 80% maiores contribuições realizadas a partir de julho de 1994. Já para os trabalhadores que iniciassem suas contribuições a partir de 27 de novembro de 1999.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de março.

"Reforma Trabalhista precarizou e desempregou. Tem que revogar", defende presidente da CTB

Nas resoluções da primeira reunião do ano, no dia 4 de março de 2022, a Direção Executiva da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) considerou que "as eleições de outubro serão decisivas para um novo projeto nacional de desenvolvimento fundado na valorização do trabalho, na democracia e na soberania e devem centralizar a atenção e os esforços de mobilização e conscientização do sindicalismo classista".

De acordo com a resolução da reunião, "a classe trabalhadora é duramente castigada pelo desemprego em massa, a precarização das relações trabalhistas, a carestia e o arrocho dos salários. É também forçada a conviver com iniciativas diuturnas do governo para liquidar o Direito do Trabalho – impondo a chamada carteira verde e amarelo, agora embutida na Medida Provisória 1099/22, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de março.

Bolsonaro culpa governadores e prefeitos por alta taxa do desemprego

Os últimos dados apresentados pelo IBGE mostram a queda na taxa de desemprego, mas ainda continua alta. São 12,4 milhões de pessoas sem trabalho nesse momento.

Mas o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), que não assume a culpa de nada, disse que a alta taxa de desemprego é culpa dos governadores e prefeitos.

Essa afirmação foi feita ao conversar no famoso cercadinho em Brasília para seus apoiadores.

"Os empregos formais voltaram à normalidade. Está faltando os informais agora. Quem tirou serviço informal do povo não fui eu, mas foram os governadores e prefeitos. Eu não mandei fechar nada", disse.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 10 de março.

Produção industrial tem queda de 2,4% em janeiro e fica mais longe do pré-pandemia

A produção industrial brasileira voltou a perder fôlego e amargou queda de 2,4% em janeiro, na comparação com dezembro. É a maior baixa para o mês desde 2018 (-2,6%), informou nesta quarta-feira (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o resultado, a produção eliminou parte do avanço de 2,9% que havia sido registrado em dezembro. Assim, o indicador ficou mais distante do pré-pandemia.

Está 3,5% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, antes da crise sanitária. Também está em nível 19,8% inferior ao recorde da série histórica, de maio de 2011.

O desempenho de janeiro veio pior do que as expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam retração de 1,9%.

Na comparação com janeiro de 2021, a produção industrial teve queda de 7,2%, conforme o IBGE. Nesse recorte, analistas também estimavam recuo menor, de 6,3%.

A contração de 2,4%, frente a dezembro, teve perfil disseminado. Segundo o IBGE, 20 das 26 atividades industriais pesquisadas apresentaram baixa na produção.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de março.

Vendas do varejo têm alta de 0,8% em janeiro

O volume de vendas do comércio varejista no Brasil teve alta de 0,8% em janeiro, frente a dezembro, informou nesta quinta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O desempenho ficou acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam elevação de 0,3%.

Mesmo com o avanço, cinco das oito atividades tiveram resultado negativo em janeiro, disse o IBGE. Nos últimos 12 meses, o varejo acumula alta de 1,3%. O setor encontra-se 0,8% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 6,5% abaixo do pico da série (outubro de 2020).

Após a fase inicial da pandemia, o varejo passou a apostar na derrubada de restrições a atividades e na reabertura de lojas para se recuperar.

A retomada, contudo, vem sendo ameaçada pelo cenário de escalada da inflação, juros mais altos e renda fragilizada pela crise, dizem analistas. Os fatores, em conjunto, reduzem o poder de compra da população.

Ao longo da pandemia, os brasileiros passaram a conviver com inflação de dois dígitos no acumulado de 12 meses. Até janeiro, a alta do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 10,38%. A inflação de fevereiro será divulgada nesta sexta-feira (11) pelo IBGE. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de março.

Cesta básica sobe em todas as capitais pesquisadas pela Dieese

O custo da cesta básica de alimentos aumentou em fevereiro nas 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo levantamento divulgado nesta quarta-feira (9) pelo Dieese, as maiores altas foram em Porto Alegre (3,4%), Campo Grande (2,78%), Goiânia (2,59%) e Curitiba (2,57%).

Em 12 meses, comparando fevereiro com o mesmo mês de 2021, as maiores altas ocorreram em Campo Grande (23%), Natal (19,9%) e Recife (16,9%).

A cesta mais cara é a de São Paulo, que custa R\$ 715,65, seguida pelas de Florianópolis (R\$ 707,56), do Rio de Janeiro (R\$ 697,37) e de Porto Alegre (R\$ 695,91). Apesar de ter o maior custo do conjunto de itens básicos, a cesta do paulistano foi a que teve o menor aumento em fevereiro (0,25%).

Aracaju tem a cesta mais barata, estimada em R\$ 516,82, após a elevação de 1,77% em fevereiro. No Recife, a cesta teve aumento de 1,12% e foi a segunda mais barata (R\$ 549,20). Em João Pessoa, terceira cesta com menor valor, houve variação de 1,98%, ficando em R\$ 549,33.

O quilo do café subiu em 16 capitais, tendo queda apenas em São Paulo, onde o preço caiu 3,86%.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 10 de março.